

Barroso nega crise entre Judiciário e Executivo e muito risco de golpe

22 DE MAIO DE 2020

Ministro declarou ao vivo que o valor que em toda parte do mundo tem algum grau de tensão entre os Poderes e as Forças Armadas não têm "ímpeto de atividade política"

O ministro Luís Roberto Barroso, Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta sexta-feira que haja uma crise institucional entre Executivo e Judiciário por conta de decisões que contrariam o entendimento do governo federal. Segundo Barroso, em toda parte do mundo há algum grau de tensão entre os Poderes.

“Sempre que você dá limites a alguém, há tensão. Isso não é crise institucional. Acho que o presidente se queixa (do STF) faz parte da vida”, afirmou ao vivo o Valor.

Nesse assunto, Barroso comentou ainda a decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, que impediu o Executivo de nomear Alexandre Ramagem para o comando da Polícia Federal.

“Não sou fã de decisões monocráticas. Em geral, o Judiciário não deve interferir na nomeação do presidente. Mas prefiro ainda não me posicionar sobre a decisão de Moraes”, disse. A nomeação foi barrada depois do ex-ministro da Justiça Sergio Moro acusar o presidente Jair Bolsonaro de tentar intervir na autonomia da PF.

“É inegável que a Moro simboliza o esforço contra a corrupção no Brasil. O Supremo interrompe o processo que leva a um bom caminho. O avanço que a vinha sendo feita perde o espaço no Executivo e o Judiciário. A guerra [contra a corrupção] não se ganha. Mesmo que o Judiciário tenha reduzido a velocidade, uma sociedade que não aceite mais o inaceitável”, disse Barroso ao vivo, conduzido pelos repórteres Isadora Peron e Luísa Martins com o tema dos desafios do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e faça Supremo na pandemia

O ministro do STF defendeu que os grupos progressistas no Brasil são prejudiciais em relação ao tema da corrupção. Para ele, isso fez com que “uma bandeira da ética” ficasse com o segmento conservador, ou que foi um “mal ao país”.

“O pensamento progressista brasileiro se tornou demais com a corrupção e entregou uma bandeira da ética para o espectro conservador da política. Uma ideia de que o direito é coisa de direito foi um mal para o Brasil ”, disse.

Por conta do avanço do coronavírus no país, ou o magistrado também argumenta que é preciso sair da crise com mais consciência social.

“Acho que não haverá um 'novo normal' tão cedo. A pobreza agora entrou no horário nobre na televisão. Temos que sair da crise com uma consciência social maior. No pós-crise, precisamos investir em desfavelização e saneamento. Precisamos de pessoas competentes, acabar com o compadrio ”, disse.

Barroso minimizou qualquer chance de ruptura democrática no Brasil que tenha como agente principal como Forças Armadas. Ele disse que Exército, Marinha e Aeronáutica têm comportamento exemplar e que seus integrantes têm maior lealdade à Constituição. Por isso, na avaliação dele, os gerados “não têm o impacto da atividade política”.

O assunto tem tornado recorrente após a crise política que levou em conta o governo Jair Bolsonaro. O próprio presidente da República tem participado de manifestações nessas bandeiras ou o fechamento do Congresso Nacional e do STF, além de pedidos de intervenção por parte do exército.

“As Forças Armadas continuam se comportando de forma exemplar. Aqui e ali se invoca o nome das Forças Armadas, mas não ocorreu nenhum problema. Eles prezam a lealdade [ao presidente], mas a maior lealdade é à Constituição. A atual geração de lideranças [militares] não tem o impacto da atividade política ”, disse.